

POVO LIVRE

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

HOJE E SEMPRE

Na noite de 4 de dezembro de 1980, o PSD perdeu um líder carismático e Portugal ficou sem um estadista irrepetível

O FUNDADOR DO PSD EM JULHO DE 1980, EM LEIRIA



SÁ CARNEIRO HOJE

A contemporaneidade do seu pensamento é facilmente comprovável

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Francisco Sá Carneiro partiu há 42 anos, vítima da queda da aeronave em que seguia com destino ao Porto.

Foi o trágico desaparecimento do fundador do PSD, numa noite de campanha eleitoral para as eleições presidenciais que decorreriam três dias depois, em 7 de dezembro. Sá Carneiro estava empenhado na eleição de António Soares Carneiro, tendo como objetivo cumprir o sonho de uma maioria, um Governo e um Presidente. Mas nada disso aconteceu. O Partido perdeu o seu líder e Ramalho Eanes acabaria por ser reeleito Presidente da República.

Independentemente da opinião que cada um tenha sobre os contornos do acidente, o facto é que, naquela noite, Sá Carneiro ascendeu ao estatuto da eternidade, tornando-se num referencial de Estadista – assim mesmo, com maiúscula – de convicções inabaláveis, cujo ideário, forma de pensar e frases são constantemente lembradas e adaptadas à realidade de cada momento.

Sá Carneiro é citado e lembrado, todos os dias, no quotidiano do nosso Partido, e não há evento ou congresso em que o seu nome e a sua herança não sejam evocados. Poder-se-ia dizer que tal acontece por saudosismo, mas isso seria redutor; antes se deve à clareza, à força e à pertinência das ideias e das palavras de quem, um dia, disse que **“sei que o meu destino é morrer cedo e só concebo a vida se for vivida vertiginosamente”**.

A contemporaneidade do seu pensamento é facilmente comprovável. Fazemos o exercício de citar Sá Carneiro, tendo como contexto o Orçamento de Estado e o facto de ter sido aprovado com o chumbo quase integral das propostas da oposição: dir-se-ia que, num estado onde **“todos aqueles que se dizem democratas, na prática não respeitem o jogo democrático e as posições partidárias diferentes das próprias”**, caminhando para uma realidade onde **“sempre que há concentração de poderes, abre-se a porta ao autoritarismo, precursor da ditadura, aniquiladora das liberdades”**.

Ou se falarmos na prestação extraordinária de meia reforma aos pensionistas que, todavia, se vai repercutir num menor aumento das suas pensões, contra aquilo que havia já sido estabelecido. Seria caso para se afirmar que **“pouco importa às pessoas saber que têm os direitos reconhecidos em princípio, se o exercício deles lhes é negado na prática”**.

Assistimos, pois, a um crescente engodo sobre a população por parte dos governantes que apresentam medidas vistosas, com apresentações pomposas, mas que, na prática, não assegura respostas competentes às reais necessidades dos cidadãos que **“estão ansiosos por que se deixem os governantes de debate ideológico, de grandes discursos, para se aterem ao exercício singelo e discreto da sua função: trabalhar para resolver os problemas das pessoas, os problemas da nação”**.

Muitos mais exemplos poderiam ser dados, numa crescente espiral recesiva que urge alterar.

É para isso que o PSD trabalha diariamente. Com o peso da história do nosso fundador e com a assertividade e capacidade do nosso líder Luís Montenegro, seremos capazes de cumprir o legado de Sá Carneiro, fazendo com que cumpramos **“o fim principal do poder político”** que **“é o serviço da pessoa. O Estado está ao serviço da pessoa”**, trabalhando junto dos portugueses para denunciar os atropelos desta maioria, apresentando soluções credíveis e honestas pois **“não há nada que pague a sinceridade na ação política, como em tudo”**. O nosso objetivo primordial é proporcionar aos portugueses aquilo que realmente ambicionam, pois um **“país real quer coisas práticas, ver as questões resolvidas com pragmatismo e eficácia”**.

E sempre, invariavelmente, com um sentimento muito presente: **“O meu sentimento? Define-se numa palavra: responsabilidade”**.

Obrigado, Francisco Sá Carneiro.

FRANCISCO SÁ CARNEIRO, HOJE E SEMPRE

Na sua matriz, o PSD é um partido humanista e interclassista. É também uma “força” política intergeracional, que agrega jovens e mais velhos, onde todos pugnam pelos mesmos princípios: liberdade, igualdade, progresso, solidariedade e justiça social.

Em 6 de maio de 1974, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão, criam o Partido Popular Democrático (PPD) e dão corpo a esse ideário. Os fundadores do Partido organizam rapidamente a estrutura do PPD, num curto espaço de tempo é inaugurada a primeira sede, atrás da Capela do Rato, em Lisboa, formada a primeira Comissão Política, publicado o jornal oficial do partido, o “Povo Livre”, e em outubro desse ano, realiza-se o primeiro grande comício no Pavilhão dos Desportos, com cerca de 15 mil pessoas.

O PSD é sinónimo de Francisco Sá Carneiro.

Ao fundador, devemos a fonte da grandeza de 48 anos de história. Sá Carneiro é obreiro dos primórdios da consolidação da democracia, e da fundação de um Estado de liberdades, justo e pluralista.



**Sá Carneiro
é obreiro dos
primórdios da
consolidação da
democracia**



Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro nasceu em 19 de julho de 1934, no Porto, na freguesia de Santo Ildefonso. Foi Secretário-geral do PSD entre 24 de novembro de 1974 e 25 de maio de 1975, e entre 28 de setembro de 1975 e 31 de outubro de 1976; e Presidente do PSD entre 31 de outubro de 1976 e 11 de novembro 1977, e entre 2 de julho de 1978 e 4 de dezembro de 1980.

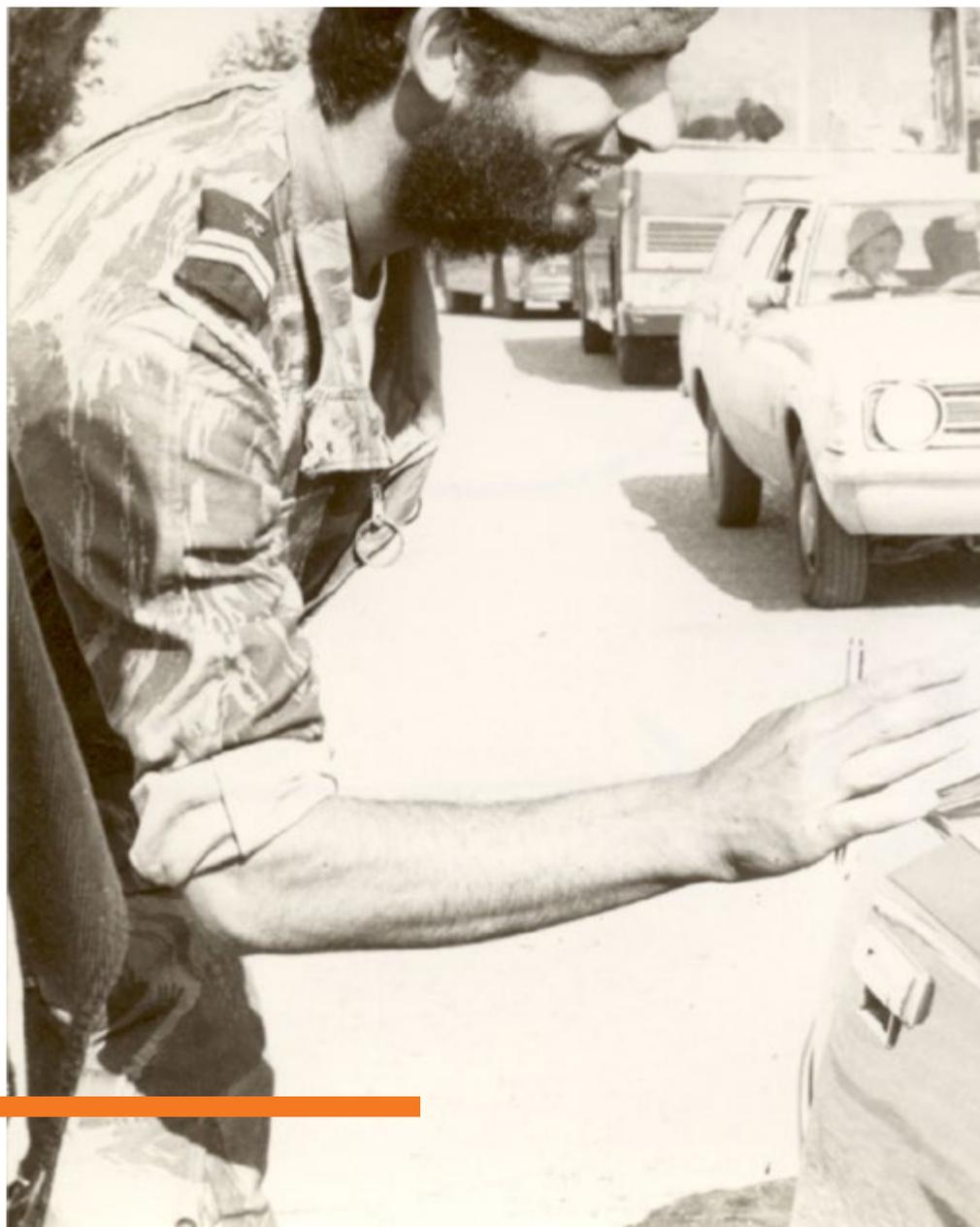
Exerceu as funções de Primeiro-Ministro durante 336 dias, entre 3 de janeiro de 1980 e 4 de dezembro de 1980. Foi líder do Grupo Parlamentar do PSD entre 9 de junho e 24 de novembro 1976, e entre 20 de março de 1979 e 16 de janeiro de 1980.

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, aos 22 anos, dedicou-se ao exercício da advocacia. Aceita integrar as listas da União Nacional em 1969, pela chamada Ala Liberal, um grupo de deputados que assumia a luta pelas

liberdades como prioridade e condição para se chegar à democracia.

Em declarações ao jornal "O Século", em 24 de abril de 1971, Francisco Sá Carneiro afirma que "a multiplicidade e diversidade dos jornais é que devem garantir o público contra uma visão unilateral e uniforme dos acontecimentos". Acrescenta: "Quando falo em jornalistas incluo diretores e chefes de redação. Mas isso supõe uma liberdade de expressão que entre nós não existe. E dessa falta e não tanto da carência de jornalistas aptos, que me parece que todos devemos queixar-nos. Oxalá que se consiga assegurar-lhes a indispensável liberdade de expressão, não só através da supressão da censura prévia como pela garantia de independência em relação às forças económicas e políticas e de liberdade do exercício da sua profissão".

Em 19 de maio de 1973, é publicado





O PSD pretende a construção da democracia política, económica, social e cultural

Francisco Sá Carneiro



no "Expresso" o discurso provocador que o deputado da Ala Liberal havia proferido na Assembleia Nacional. O discurso haveria de contribuir para a rutura e a renúncia ao mandato. Frente aos deputados, Sá Carneiro denunciara a falta de liberdade de reunião e de associação, pedindo a alteração do Código Civil e da organização judiciária. Pedia ainda um inquérito às atividades da PIDE e amnistia para crimes políticos.

É ministro-Adjunto no I Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos, de 25 de maio a 11 de julho de 1974.

No I Congresso Nacional do PPD é eleito Secretário-Geral, em 24 de novembro de 1974, (o cargo de Presidente da Comissão Política Nacional será apenas criado em outubro de 1976). Sá Carneiro encerra o Congresso destacando o papel que o Partido terá de desempenhar não só na criação de uma democracia não só política, mas também social,

económica e cultural e na consagração dos direitos humanos.

Nas primeiras eleições livres, em 25 de abril de 1975, é eleito deputado pelo PPD, que é o segundo partido mais votado com 26,39% dos votos (81 deputados para a Assembleia Constituinte).

Por motivos de saúde, suspende as suas funções de Secretário-Geral do PPD de 25 de maio a 28 de setembro de 1975. O I Conselho Nacional, reunido no 7º andar da Duque de Loulé, a 25 de maio de 1975, elege Emídio Guerreiro para o substituir durante este período. No II Conselho Nacional realizado na Estalagem da Via Norte no Porto, nos dias 27 e 28 de setembro de 1975, reassume as funções de líder do Partido.

É reeleito Secretário-Geral no II Congresso em 1975, e em outubro de 1976 no III e IV Congressos que se realizam simultaneamente em Leiria é eleito Presidente.

Nas eleições legislativas de 25 de abril de 1976 é eleito deputado à Assembleia da República, o PPD elege 73 deputados. Assume o cargo de Presidente do Grupo Parlamentar.

Na reunião da manhã do dia 7 de novembro, do Comité Permanente da Comissão Política, Sá Carneiro comunica a sua decisão de abandonar o Partido, entregando logo o seu cartão de militante. Motivos: críticas de deputados do PSD à sua pessoa, fuga de informações e dis-

cordância em relação à posição ultimamente defendida pelo Partido.

No VI Conselho Nacional, que decorreu no Hotel Altis, a 10 e 11 de novembro de 1977 é nomeada uma comissão diretiva interina, presidida por Sousa Franco.

No V Congresso do partido em janeiro de 1978, no Porto, volta a apelar a uma oposição mais direta ao governo e a Ramalho Eanes, no entanto, a estratégia aprovada é menos assertiva e ele recusa retomar

a presidência, mantendo o lugar no Conselho Nacional. Sousa Franco é eleito Presidente da Comissão Política Nacional.

Poucos meses depois, no VI Congresso Nacional regressa à liderança. Ataca o peso do aparelho político-militar e as orientações estatizantes socialistas.

Em 5 de julho de 1979, com Freitas do Amaral, do CDS, e Ribeiro Teles, do PPM (além dos Reformadores) forma a Aliança Democrática (AD),

que lidera com o objetivo de derrotar a “maioria de esquerda” nas eleições legislativas intercalares de dezembro de 1979, após a dissolução da Assembleia da República. Conseguida a maioria absoluta da AD nessas eleições, Sá Carneiro é chamado a formar o VI Governo.

Na noite de 4 de dezembro de 1980, despenha-se em Camarate o avião bimotor Cessna C421 em que viajavam para o Porto o Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, Snu Abecassis (companheira de Sá Carneiro), o ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa, Manuela Amaro da Costa (a mulher), António Patrício Gouveia (chefe de gabinete do Primeiro-Ministro), Jorge Manuel Albuquerque (piloto) e Alfredo de Sousa (copiloto).

No último tempo de antena gravado antes da tragédia, e que não chegou a ser emitido, Sá Carneiro reafirma a defesa do princípio “um Governo, uma Maioria, um Presidente” e deixa claro que se demite caso Soares Carneiro não ganhe as eleições presidenciais.

Francisco Pinto Balsemão assume a liderança do PSD e o cargo de Primeiro-Ministro com a sua morte.



Sá Carneiro reafirma a defesa do princípio “um Governo, uma Maioria, um Presidente”

O relatório da X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, de 23 de junho de 2015, concluiu que “a queda do avião em Camarate, na noite de 4 de dezembro, deveu-se a um atentado”.

No dia 4 de dezembro de 1980, Sá Carneiro morre tragicamente. Pouco depois das 21h29, a RTP interrompia a emissão habitual para dar conta da notícia.

O PSD perdia um líder carismático, Portugal ficava sem um estadista único. Foi com emoção que os portugueses se despediram de Francisco Sá Carneiro. E é com emoção que hoje recordamos a grandeza do estadista, do político e do cidadão. O homem que continua a encarnar os ideais e a esperança para muitos portugueses.

Missa na Basílica da Estrela

No domingo, 42 anos volvidos da tragédia, Luís Montenegro marcou presença numa missa em memória de Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, Snu Abecassis, Manuela Amaro da Costa, António Patrício Gouveia, Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa na Basílica da Estrela, em Lisboa. Antes, o Presidente do PSD esteve em Camarate, onde procedeu à deposição de uma coroa de flores.



PSD DO PORTO PRE A SÁ CARNEI

A simbólica cerimónia iniciou-se c

**Antonino Sousa, vice-
Presidente da Distrital
do Porto do PSD,
recordou o percurso
ímpar de Sá Carneiro**



ESTA HOMENAGEM RO

com a deposição de uma coroa de flores



No passado dia 4 de dezembro, a Distrital do PSD do Porto homenageou o fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro, 42 anos depois do seu fatídico desaparecimento.

A simbólica cerimónia iniciou-se com a deposição de uma coroa de flores junto ao monumento evocativo ao fundador do PPD/PSD na Praça Francisco Sá Carneiro, no Porto, tendo, o vice-Presidente da Distrital do Porto do PSD, Antonino Sousa, dirigido algumas palavras aos presentes, recordando a memória deste homem ímpar e que marcou, de forma inolvidável, o passado, o presente e o futuro de Portugal.

Após este momento seguiu-se uma missa, realizada na igreja das Antas, em memória do nosso fundador.

REINA A ANARQUIA NO GOVERNO DE ANTÓNIO COSTA

São substituídos secretários de Estado que criticaram o ministro da Economia

Luís Montenegro diz que “reina a anarquia” no Governo e na maioria socialista. “Agora é maioria, mas reina a anarquia. É maioria, mas os ministros dizem, uns, uma coisa, outros, outra coisa. É maioria, mas o Primeiro-Ministro é desautorizado por membros do Governo. É maioria e são substituídos secretários de Estado que criticaram o ministro. O Primeiro-Ministro dizia o contrário do que dizia o ministro, o Governo decidiu, exatamente o que os secretários de Estado diziam e afinal de contas quem sai são os secretários de Estado e o ministro continua. Isto é uma confusão que ninguém percebe”, afirmou.

Em Monção, num jantar com militantes, dia 30 de novembro, Presidente do PSD recordou que “havia um Primeiro-Ministro que, por acaso, é o que está hoje em funções, que dizia, quando o acusavam de ter feito uma geringonça, que era uma geringonça, mas funcionava”.

Luís Montenegro acusou o Executivo de António Costa de ser “trapalhão”, protagonista de muitas “trapalhadas”, bem como de “não estar a inspirar confiança”.

O líder do PSD sublinha ainda que Portugal, em 20 dos últimos 27 anos, foi governado pelo PS, “que tem a maioria no Governo, nas Câmaras, nas Juntas de Freguesia, de deputados à Assembleia da República, dos deputados no Parlamento Europeu e até tem uma comissão europeia”.

Numa altura em que “os portugueses atravessam tantas dificuldades” e com os serviços a não responderem às necessidades básicas, Luís Montenegro critica o PS por se preocupar apenas com os lugares no aparelho do Estado. “O país está enxameado de dirigentes socialistas em todos os órgãos da administração pública, em toda a escala, local, regional e nacional. O





”

O país está enxameado de dirigentes socialistas em todos os órgãos da administração pública

Luís Montenegro



PS tem tudo o que se pode almejar para transformar e reformar um território proporcionando aos seus cidadãos mais qualidade de vida (...) O PS teve e tem todos os instrumentos e com todos os instrumentos estamos a ficar mais para trás, com mais problemas estruturais para resolver”, apontou.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES É UMA VERGONHA

Luís Montenegro defende uma intervenção cívica mais enérgica para “contrariar os números”, mas sobretudo “para erradicar” o fenómeno da pobreza e da violência contra as mulheres em Portugal.



Em Castelo de Paiva, num jantar com militantes, no sábado, 3 de dezembro, o líder do PSD salientou que “há uma dimensão humana, personalista, de respeito por cada ser humano” que recai sobre cada indivíduo. “Em Portugal, desde 2004, já foram assassinadas 624 mulheres vítimas de violência doméstica. Este ano já foram assassinadas 23, mais do que as 16 no ano passado. Isto também nos deve envergonhar. A pobreza e a violência contra as mulheres são uma vergonha que nós temos de enfrentar, combater, erradicar”, afirmou.

Sobre a pobreza em geral, Luís Montenegro responsabilizou os governos do PS por Portugal estar “cada vez mais pobre” e “no fundo da tabela”. “Estamos num ciclo de empobrecimento galopante, nós estamos a ficar no fundo da tabela

quando temos tudo para estarmos no topo. Em Portugal, há cerca de dois milhões de pessoas com rendimento de 554 euros ou menos. E muitos dos que ganham acima é em função das prestações sociais do Estado. Sem isso, o limiar da pobreza atingiria 4,5 milhões de portugueses”, apontou.

O Presidente do PSD lembra que, entre 2016 e 2021, “Portugal cresceu de forma acumulada 7,1%, mas a média dos países da coesão cresceu 18,4”, o que que significa que os governos de António Costa, apesar de disporem de “todos os instrumentos para inverter a situação do país”, “não conseguem” resolver o problema de fundo. “Eles não querem, não podem. Em 27 anos, governaram 20. Nos segundos sete foi a bancarrota e nestes sete é o empobrecimento”, frisou.



”

Os governos do PS estão a pôr Portugal no fundo da tabela

Luís Montenegro



Apesar de todos os países da Europa terem sentido o impacto da pandemia de covid-19 e agora os efeitos da guerra na Ucrânia e da espiral inflacionista, o quadro de Portugal é “catastrófico do ponto de vista social”.

Para Luís Montenegro, “o crescimento de riqueza é o ponto de partida para acabar com a pobreza” em Portugal e, por isso, os social-demo-

cratas estão “empenhadíssimos” em preparar-se para “governar” Portugal e pôr termo a esta trajetória de empobrecimento.

“Para lutarmos contra uma coisa que não podemos aceitar, que é esta fatalidade de estarmos sempre de mão estendida, de bancarrota, empobrecidos, à espera que nos deem subsídios na Europa”, concretizou.

O crescimento de riqueza é o ponto de partida para acabar com a pobreza



EUTANÁSIA

PORTUGUESES DEVEM PRONUNCIAR-SE EM REFERENDO

Luís Montenegro anunciou que o grupo parlamentar social-democrata entregou um projeto de resolução no Parlamento a pedir um referendo sobre a despenalização da eutanásia (ou morte medicamente assistida).

Numa declaração na sede nacional, em Lisboa, após uma reunião da Comissão Permanente do partido, dia 5 de dezembro, Luís Montenegro ressaltou que em Portugal há “maturidade cívica e democrática suficiente para ouvir o povo português sobre questões que dividem as opiniões e que não estão no cerne das escolhas que são feitas quando se elegem deputados e se realizam eleições legislativas”.

O líder do PSD sublinha que “nas últimas eleições legislativas, o voto não foi decidido pelos portugueses em função da opinião dos partidos políticos ou até mesmo dos deputados que se candidataram em cada círculo eleitoral”.

“A melhor maneira de todos estarmos mais cientes de representar a vontade maioritária do povo é precisamente dar voz ao povo”, reafirmou.



LUÍS MONTENEGRO ENCONTROU-SE COM LÍDERES DO PPE EM ATENAS



Luís Montenegro participou, no dia 3 de dezembro, num encontro de líderes do Partido Popular Europeu (PPE), em Atenas, para debater o presente e futuro da Europa.

No encontro de trabalho, também estiveram presentes, entre outros, Manfred Weber, Ursula von der Leyen e Roberta Metsola.

Durante o encontro, o Presidente do PSD teve oportunidade de partilhar pontos de vista sobre o futuro da Europa com a Presidente da Comissão e do Parlamento e Primeiros-Ministros, chefes de Estado e líderes políticos, num trabalho conjunto focado na resolução dos problemas reais das pessoas.





LISTA DOS LÍDERES POLÍTICOS PRESENTES NA REUNIÃO

Manfred Weber - Presidente do PPE
Ursula von der Leyen - Presidente da Comissão Europeia
Roberta Metsola - Presidente do Parlamento Europeu
Nicos Anastasiades - Presidente do Chipre
Klaus Iohannis - Presidente da Roménia
Eduard Heger - Primeiro-Ministro da Eslováquia
Kyriakos Mitsotakis - Primeiro-Ministro da Grécia
Karl Nehammer - Chanceler Federal da Áustria
Andrej Plenković - Primeiro-Ministro da Croácia
Marian Jurečka - Vice-Primeiro-Ministro da Chéquia
Antonio Tajani - Vice-Primeiro-Ministro da Itália
Vincent Van Peteghem - Vice-Primeiro-Ministro da Bélgica
Boyko Borissov - Líder da oposição da Bulgária
Annie Genevard - Líder da oposição da França
Janez Janša - Líder da oposição da Eslovénia
Friedrich Merz - Líder da oposição da Alemanha
Luís Montenegro - Presidente do PSD
Alberto Núñez Feijóo - Presidente do PP de Espanha
Donald Tusk - Líder da oposição da Polónia
Claude Wiseler - Líder da oposição do Luxemburgo
Thanasis Bakolas - Secretário-Geral do PPE

© fotografias do PPE

GOVERNO ESTÁ EM “EROSÃO” POLÍTICA

Hugo Soares critica o “caos” que reina no Governo, depois de conhecidas mais demissões no Executivo de António Costa. “A verdade é que são oito saídas em oito meses de caos, de erosão, do Governo, a que se atribuiu uma grande perda de autoridade política e governativa do dr. António Costa”, acusou.

Numa declaração em Lisboa, dia 29 de novembro, o Secretário-geral do PSD sublinha que “os três membros do Governo que hoje saem são, pre-

cisamente, os três membros do Governo que divergiram publicamente do ministro da Economia” e “são agora despedidos ao ralenti”.

Hugo Soares diz que “as escolhas e a composição do Governo” competem ao Primeiro-Ministro, mas “em tempos difíceis, Portugal precisava de um governo muito mais estável”.

”

Em tempos difíceis, Portugal precisava de um governo muito mais estável.

Hugo Soares

FRANCISCO GASPAR ELEITO PRESIDENTE DO PSD DE CORUCHE

Realizaram-se no dia 26 de novembro eleições para os órgãos concelhios do PSD de Coruche.

A estas eleições apresentou-se apenas uma lista, com uma equipa renovada, liderada por Francisco Gaspar, que inclui a maioria dos autarcas do PSD de Coruche da Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Freguesias, sob o lema “Amor a Coruche”.

O objetivo do PSD de Coruche “é liderar a oposição à atual maioria, defender o concelho como um todo”, afirmar-se como uma “voz inconformada e ativa na luta por um Município inclusivo, com políticas claras de fixação da população, apoio aos mais idosos, apoio aos jovens, onde haja incentivos à criação de emprego, à construção de habitação a preços controlados e incentivos à natalidade. É também fundamental valorizar as nossas Associações,

Instituições e Coletividades, e apoiar o Comércio Local, os artesãos e as empresas”.

O combate à desertificação do Concelho e a acentuada perda de população são uma prioridade da Secção, a par da exigência ao Governo de investimentos necessários para o Concelho, como a Travessia do Vale do Sorraia, a reabertura imediata do SAP de Coruche no período noturno ou a construção do SUB. Bem como o reforço do apoio à Agricultura e Agroindústria, sectores de atividade predominantes no nosso Concelho.

Desde janeiro de 2022 que se verificava um vazio nos órgãos concelhios do PSD.

O Presidente da Secção foi também eleito vice-Presidente da Assembleia Distrital do PSD, cuja Presidente Eleita foi a Deputada Isaura Morais.

Francisco Gaspar tem 45 e 2 filhos, é licenciado em Economia e pós-graduado em Lean Management. É deputado municipal, na Assembleia Municipal de Coruche, vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e coordenador autárquico Distrital do PSD de Santarém. Integra os Grupos de Trabalho da Assembleia Municipal, para a “Reabertura do SAP de Coruche no Período Noturno” e “Pela Segurança na Freguesia do Couço”.



LÍDER DO PSD DE VIANA DO CASTELO QUER MOBILIZAR O PARTIDO

O novo Presidente da concelhia do PSD de Viana do Castelo, Orlando Antunes, anunciou que o “grande objetivo” da equipa eleita, no dia 26 de novembro, é “revitalizar” o partido para que volte a “ser poder” na capital do Alto Minho.

“A vitória representa uma grande mobilização dos militantes do PSD de Viana do Castelo, um sinal de que o partido está vivo e com vontade de crescer e de se mobilizar para as próximas batalhas, nomeadamente as autárquicas. Vamos trabalhar para revitalizar o partido para que volte a ser poder no concelho. Esse é o nosso grande objetivo”, afirmou Orlando Antunes.

O novo líder da concelhia do PSD de Viana do Castelo, que encabeçou a lista M, venceu a lista A, de Joaquim Viana da Rocha, sucedendo no cargo Eduardo Teixeira, que atingiu o limite de mandatos (três, cada um com duração de dois anos).

Dos 427 militantes em condições de votar nas eleições, exerceram esse direito 380. Duzentos e vinte e seis

(58,47%) votaram em Orlando Antunes e 143 (37,63%) em Viana da Rocha. Contaram-se ainda sete votos nulos e quatro em branco.

Para a mesa do plenário, foi eleito Couto dos Santos, pela lista M, com 224 votos (58,94%), contra os 148 votos (38,94%) somados por Bárbara Barreiros (lista A). Para esta eleição registaram-se seis votos nulos e dois em branco.

Orlando Antunes espera tomar posse nos próximos dias, adiantando que a “primeira medida” que vai tomar é reunir-se com os vereadores do partido na Câmara (Eduardo Teixeira e Paulo Vale) e os deputados na Assembleia Municipal”.

“Vamos reunir com eles e, obviamente, para dar orientações políticas. Quero também apresentar a

equipa aos elementos do executivo, da Câmara Municipal e outras instituições de relevo no concelho”, especificou.

Outros dos “desígnios” do novo Presidente da concelhia do PSD de Viana do Castelo passa pela criação da JSD.

Orlando Antunes, natural da freguesia de Santa Marta de Portuzelo, em Viana do Castelo, tem formação académica nas áreas de contabilidade e administração pública, finanças públicas e gestão orçamental, desempenhou funções nos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, das Finanças e da Defesa Nacional, sendo, atualmente, inspetor superior da Segurança Social.



PSD DE BRAGA HOMENAGEIA TRABALHO DE AUTARCAS



O PSD de Braga promoveu, no dia 2 de dezembro, um encontro de presidentes de Junta da Coligação Juntos por Braga, bem como de Presidentes independentes por si apoiados que, na ótica da Comissão Política de Secção de Braga, liderada por João Granja, são a base sólida de um projeto que rasgou a escuridão no Concelho.

Esta iniciativa contou com a presença do Secretário-geral do PSD, Hugo Soares, membros dos restantes partidos da Coligação, Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, bem como de muitos elementos do universo municipal.

“Tratou-se de um importante momento de reflexão interna sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em Braga, tendo por base o trabalho de excelência dos nossos autarcas”, explica João Granja, Presidente da Comissão Política do PSD de Braga.

“O objetivo deste encontro passou por ouvirmos os autarcas que são a melhor extensão do trabalho de

proximidade aos bracarenses que é reconhecido ao projeto Juntos por Braga. À semelhança do Município, a Juntas têm desempenhado um papel fundamental de abertura aos cidadãos, materializando a sua ação na resolução de problemas concretos da população”, disse João Granja.

No mesmo sentido, surgiram as palavras de João Marques, líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Braga. “O trabalho dos Juntos por Braga também é um trabalho das Juntas de Braga. Estão aqui presidentes de Junta da Coligação, mas também independentes, que acreditaram no projeto,

que acreditaram nos protagonistas – sobretudo no Ricardo Rio – e reviram-se neste projeto transformador, alternativo e potenciador da imagem de Braga para o futuro”, disse.

Já o Secretário-geral do PSD, Hugo Soares, usou da palavra para dizer que ainda é cedo para se fazerem “balanços daquilo que foi a intervenção política de Ricardo Rio”. “Ele ainda tem três anos pela frente para continuar a transformar esta cidade”, disse, considerando, no entanto, que “nunca é demais reconhecer a grande liderança deste projeto que é um projeto de todos os bracarenses”.

Começando por elogiar os presidentes de Junta, Ricardo Rio afirmou que o trabalho executado é fruto de uma variadíssima equipa e que aquilo que o deixa satisfeito não é apenas dizer que mudou este ou aquele aspeto no Concelho.

“Aquilo que eu acho que verdadeiramente aconteceu em Braga foi uma revolução em todas as áreas da governação municipal. Olhando objetivamente para cada uma das áreas da governação, não há praticamente uma que se possa dizer que nós não estejamos melhor do que aquilo que estávamos há oito anos”, realçou o Presidente da Câmara Municipal.

Ao longo da noite, os autarcas tiveram a oportunidade de fazer um balanço genericamente muito positivo dos últimos anos de governação. Foram igualmente homenageados os ex-presidentes das Juntas de Mire de Tibães, José Magalhães, de Adaúfe, Agostinho Soares, e da União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, Goreti Machado. Um dos momentos mais simbólicos da noite foi a homenagem sentida a João Pires, ex-Presidente da União de Freguesias de São Lázaro e São João do Souto, que faleceu recentemente.

”

Aquilo que eu acho que verdadeiramente aconteceu em Braga foi uma revolução em todas as áreas da governação municipal

Ricardo Rio



DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE POIARES E CANELAS CORRIGE “ERRO” NA RÉGUA



A Assembleia Municipal do Peso da Régua aprovou a desagregação da União de Freguesias de Poiares e Canelas, depois da vontade demonstrada pela população para corrigir “um erro” feito em 2013.

O Presidente da Câmara do Peso da Régua, o social-democrata José Manuel Gonçalves, disse afirmou que a união das freguesias rurais de Poiares e de Canelas, em 2013, foi “claramente um erro” e uma “injustiça para com as populações”, salientando que a sua desagregação é corrigir essa “injustiça”.

“Houve claramente um erro do Governo, houve uma precipitação nesta agregação, apesar de todos os alertas que nós fizemos, e o que aconteceu agora foi o corrigir de uma injustiça que estava a ser feita com aquela população”, frisou.

O autarca lembrou que a união destas localidades “não funcionou” e a prova disso, frisou, é que “houve unanimidade” nas localidades para a sua desagregação, apontando que “há questões de natureza cultural e histórica que também têm de ser respeitadas”.

“Foi dos processos que eu mais lamento desde que estou na Câmara Municipal, e ainda bem que tivemos a oportunidade de fazer justiça àquelas populações”, salientou, apontando que esta desagregação “cumpre os requisitos legais para o efeito”.

Também o Presidente daquela união de freguesias, Paulo Primo (PSD), salientou que a agregação “foi contra a vontade da população” e contra “todas as pronúncias” das assembleias de freguesia, juntas, câmara e Assembleia Municipal da Régua, no sul do distrito de Vila Real.

O autarca de freguesia realçou a existência de uma “identidade própria” de cada uma das localidades que, no seu conjunto, possuem cerca de 1.400 habitantes e uma área de 27 quilómetros quadrados.

Depois de aprovado na Assembleia Municipal, apenas com o voto contra do deputado único do Chega, o pro-

cesso de desagregação da União de Freguesias de Poiares e Canelas vai ser enviado para decisão na Assembleia da República.

Com a entrada em vigor do regime transitório previsto na nova lei-quadro de criação, modificação e extinção destas autarquias, em vigor desde dezembro de 2021, as freguesias agregadas em 2013 podem desagregar-se nas mesmas condições em que foram agregadas.

As freguesias a desagregar têm de cumprir critérios mínimos de prestação de serviços à população (entre os quais é obrigatório terem pelo menos um funcionário com vínculo de emprego público e um edifício-sede), de eficácia e eficiência, com demonstração da sua viabilidade económico-financeira, e respeitar critérios populacionais, como ter mais de 750 eleitores, exceto nos territórios do interior, onde é admitido um mínimo de 250 eleitores.



A Câmara Municipal de Pedrógão Grande, norte do distrito de Leiria, aprovou o orçamento para 2023 no valor de cerca de 11 milhões de euros.

Segundo António Lopes, Presidente da autarquia, o orçamento representa um aumento na ordem dos 200 mil euros face ao deste ano, tendo sido aprovado, na terça-feira, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS.

Entre os investimentos para o próximo ano, o autarca destacou os relacionados com o turismo, enumerando a estação náutica, as Aldeias do Xisto e o festival do bucho recheado.

A conclusão das infraestruturas destruídas pelas tempestades Elsa e Fabien, “o início e a conclusão das obras do parque de caravanismo da Graça” e “a aquisição de terrenos para o novo quartel da Guarda Nacional Republicana” estão, igualmente, entre os investimentos.

Outra das ações previstas para 2023 é o lançamento do orçamento participativo, uma das medidas que integra o programa eleitoral com que a candidatura do PSD se apresentou aos eleitores.

“A implementação dos bairros digitais caso a candidatura seja aprovada” está, também, entre os objetivos, onde se inclui, o ordenamento da floresta, com a operação integrada de gestão de paisagem.

No âmbito da proteção civil, o presidente do município de Pedrógão Grande, concelho afetado por incêndios em junho de 2017 de que resultaram 66 mortos, referiu os programas “Condomínios de Aldeia” e “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”.

Ainda na segurança de pessoas e bens, garantiu o “reforço da colaboração com os bombeiros”.

Admitindo receio com os impactos da crise, António Lopes garantiu que a Câmara vai proporcionar recursos para acesso aos cuidados de saúde e complementar iniciativas de instituições, “com vista a uma resposta adequada às exigências sociais”, exemplificando com apoio à obra de ampliação do lar da Santa Casa de Misericórdia de Pedrógão Grande.

De acordo com António Lopes, há outras “obras importantes, mas que só avançarão com financiamento” assegurado, como a reabilitação da antiga escola C+S e da Escola Básica Miguel Leitão de Andrada.

Nesta mesma situação, está a criação da paragem do viajante da Estrada Nacional 2, a requalificação da antiga estação de tratamento de águas para centro náutico, os passadiços no Zêzere, uma ponte suspensa e a requalificação da Rua Dr. António Marques Pereira, de acesso ao estádio.

“Continua a nossa preocupação com a revisão do PDM [Plano Diretor Municipal] e a questão da gestão da albufeira do Cabril, com a eventual criação de uma central solar e a eventual construção de um túnel de transvase”, acrescentou o presidente da Câmara.

ORÇAMENTO DO ESTADO É “ALTAMENTE PENALIZADOR” PARA O DISTRITO DE VISEU

A distrital de Viseu do PSD, liderada por Carlos Silva Santiago, criticou o Orçamento do Estado para 2023, um documento “muito mau para o país” e “altamente penalizador” para o distrito.

Em comunicado, a estrutura partidária beirão lembrou que, há cerca de um mês, já tinha alertado que se tratava de “um documento que cavava um fosso ainda maior entre litoral e interior e que ostensivamente arredava vários territórios do país dos investimentos estruturais de que precisam para crescer e desenvolver”.

No entender do PSD, “na área da saúde, da rodovia, da ferrovia, da educação, da agricultura e do social, há sete anos que o PS penaliza ostensivamente o distrito, prejudica as suas empresas, as instituições e as pessoas”.

“Fomos claros e assertivos nas nossas exigências para o distrito de Viseu: queremos a conclusão da obra de requalificação do IP (Itinerário Principal) 3, queremos a conclusão do Centro de Ambulatório de Radioterapia do Hospital de Viseu”.

O PSD de Viseu alertou ainda para a necessidade de o Governo avançar com a abertura do concurso, conclusão da obra e entrada em funcionamento da Unidade de Psiquiatria de Viseu, o projeto de execução do IC (Itinerário Complementar) 26, a construção da nova Barragem de Fagilde e o investimento nos regadios.

“O nosso desígnio era que o distrito fosse ouvido e as suas necessidades fossem contempladas já neste Orçamento do Estado. Sabemos quais as ambições das quase 400 mil pessoas do distrito, há unanimidade dos municípios quanto às prioridades, há uma visão de desenvolvimento partilhada por todos. Mas há um grande obstáculo: o Partido Socialista”, lamentou.

Para a distrital do PSD, o que a região tem conseguido “deve-se à capacidade do seu poder local, dos seus empresários, associações, en-

tidades e cidadãos e da dinâmica de todos para colmatar o esquecimento por parte do Governo”.

“Este Orçamento do Estado para 2023 prova que os deputados do PS por Viseu enganam e continuam a enganar os viseenses”, considera o PSD, acrescentando que “nada está decidido quanto ao IP3, nada está previsto para a saúde, nada está contemplado para os regadios, nada vai acontecer na Barragem de Fagilde” e, na ferrovia, a ligação a Viseu “foi empurrada para as próximas décadas”.



ORÇAMENTO DE GAIA PARA 2023 NÃO ACAUTELA AS “DIFICULDADES EXTREMAS” DAS FAMÍLIAS, EMPRESAS E INSTITUIÇÕES



Os vereadores do PSD na Câmara de Gaia consideram que o Orçamento e as Opções do Plano para 2023 continua “em linha com todos os anteriores”, além de que consegue “agravar ainda mais a imprudência quanto às opções de crescimento da despesa sem retorno visível e prático para os gaienses”.

“Isto significa que as famílias vão confrontar-se no próximo ano, com dificuldades extremas, com origem na forte redução do poder de compra (...) Acresce a este facto, os encargos com as prestações do crédito à habitação, nomeadamente o agravamento exponencial das taxas de juro, decorrente do crescente e sucessivo aumento das taxas de referência do Banco Central Europeu”, declararam os vereadores, na discussão do documento na reunião de Câmara, de 28 de novembro.

Começam por alegar que, de acordo com as previsões da Comissão Europeia, a taxa de inflação em Portugal será de 8% em 2022 e de 5,8% em 2023. Os salários da Administração Pública irão ter um aumento médio de 3,6% em 2023; os trabalhadores do setor privado irão ter aumentos na ordem dos 5%.

No plano fiscal, os vereadores do PSD criticam a oportunidade per-

dida no desagramento da carga fiscal, concretamente “a Câmara deveria dar um sinal para mitigar o efeito negativo da crise no rendimento líquido das famílias (...) O orçamento persiste também, como os anteriores, no erro de não reduzir a carga fiscal, apesar de haver margem para tanto”, concretizam.

De acordo com Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, Vila Nova de Gaia é o 6.º município com o maior valor de impostos e taxas cobradas, com 99,8 milhões de euros, em 2021, mais 13,2 milhões de euros que no ano anterior, o que, segundo os vereadores “permite concluir que esta receita extraordinária, até por razões de coesão social, deveria ser redistribuída por quem paga impostos, tanto mais quando também se conclui que a receita fiscal do Município em 2017, apesar de significativa, correspondeu apenas a 79,5 milhões de euros”.



“Pese embora o aumento considerável da receita, a Câmara optou, a nosso ver erradamente, por não desagrar a carga fiscal sobre as famílias e sobre as empresas, como acontece em muitos outros municípios. A fatura fiscal corresponderá, em 2023, a 103 milhões de euros e as despesas com pessoal e de funcionamento não param de crescer, agravando ainda mais a tendência constante de crescimento da despesa corrente, fruto, principalmente, da entrada massiva de novos funcionários para o Município”, acrescentam.

Os gastos com pessoal, no próximo ano, que correspondem a cerca de 75% da totalidade do valor de impostos, contribuições e taxas arrecadados, ascendem a um novo máximo de 71,2 milhões de euros, traduzindo um crescimento de mais 23,2% relativamente aos 57,7 milhões de euros em 2022.

Os vereadores destacam, ainda, que “a Câmara prevê a contratação de mais 432 trabalhadores em 2023, quando o orçamento anterior continha uma previsão de 300 contratações, que terá sido largamente ultrapassada. Por outro lado, as situações de aposentação nos últimos 5 anos, foram apenas 138 e prevê-se que nos próximos 5 anos, se aposentem 291 trabalhadores, “o que manifestamente pode traduzir um excesso de contratação”, referem.

Recorde-se que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses coloca Vila Nova de Gaia como o 7.º município com o maior volume de despesa com pessoal, que em 2021 correspondeu a um encargo de 46,1 milhões de euros, ou seja, mais 6,1% em relação a 2020.

No que refere aos apoios sociais, o documento apresentado à Câmara, não obstante as medidas de apoio social previstas, “é omissivo em rela-

ção a qualquer medida conducente à mitigação dos efeitos da drástica redução da atividade económica e do poder de compra, pelo que o plano está desenhado como se estivéssemos num período de franco desenvolvimento económico e social”.

Vila Nova de Gaia é o 4.º município com a maior receita cobrada de IMI – em 2021, 43,1 milhões de euros, que correspondem a 24,4% da receita total – e continua, de facto, a praticar uma das mais elevadas taxas de IMI do Grande Porto, tendo em conta que, por exemplo, em 2022 o índice para tributação do imposto foi de 0,324%, no Porto, 0,325%, em Matosinhos e a taxa mínima de 0,30%, na Póvoa de Varzim e em Vila do Conde. Taxa mínima, que também é praticada por municípios equivalentes e de grande dimensão como Lisboa, Oeiras, Sintra ou Coimbra.

Gaia foi o 7.º município que teve a maior receita de IMT, em 2021, o que representou 21,3% da sua receita total, razão pela qual os Vereadores do PSD estão convictos que “só o aumento da receita do IMT, em 11,3 milhões de euros, previsto para 2023, que passa de 27,1 milhões de euros para 38,4 milhões de euros, quase permitiria acomodar e compensar a aplicação da taxa mínima de IMI e devolver o IRS pela metade, que estimamos tenha um impacto orçamental entre os 10 e os 12 milhões de euros”.

Até a tributação do IUC, que coloca Vila Nova de Gaia como o 4.º município com maior receita cobrada – 9,3 milhões de euros, em 2021 – atingirá um valor recorde de 9,5 milhões de euros, para 2023, mais 2 milhões de euros do que em 2014.

“A manutenção do valor da taxa de tributação do IMI não traduz de todo a resposta que a Câmara Municipal podia e devia dar, perante esta situação de emergência social”, salientam dos vereadores.

O grupo de vereadores “estranha a omissão quanto ao Centro Empresarial de Sandim, que deveria constituir uma prioridade do Município, incluindo um polo tecnológico, com ligação estreita ao ensino superior”; e reafirmaram a sua preocupação quanto à indefinição da missão da INOVAGAIA, “sobretudo ao nível da fragilidade da sua estrutura, bem como da sua própria sustentabilidade”.

Na Estratégia Local de Habitação, apesar de acompanharem os procedimentos de contratualização para a requalificação e para a construção de imóveis, no âmbito do programa 1.º Direito, financiado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, os Vereadores recomendaram a “prioridade à implementação de medidas que possam dar resposta às necessidades imediatas, sobretudo aos 2.800 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais, de famílias vulneráveis e em condição económica difícil”.



A Câmara de Gaia optou erradamente por não desagrar a carga fiscal sobre as famílias e sobre as empresas

Grupo de vereadores do PSD



Os vereadores defendem igualmente a revisão do regime do atual programa de apoio ao arrendamento, que ascende a mais de 1 milhão de euros, por ano, “adotando-o como uma medida de apoio social de caráter temporário, limitada a um determinado período e com participações balizadas, de acordo com a realidade concreta de cada agregado familiar.”

Com o mesmo objetivo, “a Câmara deveria proceder à revisão das regras de apoio financeiro ao arrendamento ou execução de obras em

habitações degradadas, no âmbito do programa Gaia + Inclusiva, que representam um encargo anual de idêntico valor, para rentabilizar os recursos municipais e canalizá-los para os pedidos de habitação que ainda não foram tratados ou atendidos.”

“Por tudo quanto vai alegado, não acompanhamos e votamos contra a proposta do Orçamento e Opções do Plano para 2023”, concluiu o grupo de vereadores do PSD na Câmara de Gaia.

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA AÇÃO SOCIAL: VEREADORES EXIGEM QUE O GOVERNO RESPEITE OS COMPROMISSOS

O grupo de vereadores do PSD na Câmara de Gaia alerta para o agravamento dos encargos do Município com a transferência de competências na área da Ação Social, sob pena de fazer “perigar o equilíbrio dos futuros orçamentos municipais e de colocar em risco a sustentabilidade financeira do Município”.

Para os autarcas social-democratas, não está em causa “a bondade das respostas sociais de proximidade e do apoio das situações de exclusão social”, como os protocolos de cooperação celebrado entre o Município e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), mas tão-só a transferência de competências sem que seja acautelado o reforço de verbas, equipamentos e recursos humanos.

“Sabemos agora que, com esta aceitação de competências, não será celebrado nenhum auto de transferência, que o Município não receberá edifícios, nem de técnicos do Instituto de Segurança Social, que a Câmara Municipal assumiu um défice no orçamento municipal de mais de 2,1 milhões de euros e que os protocolos de cooperação que nos são presentes têm uma vigência temporal de dois anos”, referem.

Na reunião de Câmara, de 28 de novembro, os Vereadores do PSD decidiram votar a favor, mas com muitas e ponderáveis reservas, quanto à celebração dos protocolos de cooperação com as IPSS, já que subsistem ainda questões essenciais por esclarecer.

Por exemplo, o Governo continua sem garantir que os técnicos da Ação Social passem para os quadros dos municípios, persistindo com a sua perma-

nência no Instituto da Segurança Social, por este organismo ter um quadro deficitário, o que poderá levar a uma incompreensível duplicação de funcionários, entre a Administração Central e Local.

Além disso, o Governo ainda não assegurou o pagamento dos encargos adicionais dos vencimentos do pessoal transferido ou a contratar pelos municípios, nem clarificou os critérios considerados para apurar os valores relativos à atribuição de subsídios, no âmbito do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

“Sabemos ainda que o Fundo de Financiamento para Descentralização no Orçamento para 2023 foi reforçado em 42% e que há uma cláusula de salvaguarda que garante o reforço desta verba, caso o valor inscrito não seja suficiente. Assim, cumpra o Governo”, ressaltaram.

Os vereadores do PSD frisam ainda que “o Governo recuou e já cedeu consideravelmente às pretensões das Câmaras Municipais, sobretudo quanto ao envelope financeiro do processo de descentralização, fruto de muita persistência e da intransigência dos representantes do PSD na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)”.

Sabemos que “de acordo com o mapeamento das verbas a transferir, e que já foram aceites e pelo Ministério das Finanças, Vila Nova de Gaia em vez de 1,8 milhões de euros irá receber 2,5 milhões de euros, no domínio da Ação Social”, mais uma razão por que, pese embora as reservas colocadas, os vereadores do PSD deram o seu voto favorável à celebração dos referidos protocolos.

ENSINO SUPERIOR, APOSTAR NO FUTURO DE PORTUGAL

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral do Porto estiveram presentes num encontro organizado pelo Instituto Politécnico do Porto intitulado “Ensino superior, apostar no futuro de Portugal”.

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral do Porto estiveram presentes num encontro organizado pelo Instituto Politécnico do Porto intitulado “Ensino superior, apostar no futuro de Portugal”, que teve como objetivo a análise das iniciativas legislativas em discussão no grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Educação e Ciência na Assembleia da República, criado para a apreciação dos projetos-lei respetivos na fase da especialidade,

mais concretamente sobre a possibilidade dos institutos politécnicos passarem a ser designados de “universidades politécnicas” e poderem atribuir o grau de doutor.

Deste encontro destaca-se a importância crescente de atração de talento no âmbito da inovação e competitividade das empresas, bem como da necessária e efetiva ligação das instituições do ensino superior aos respetivos territórios

onde se inserem, sendo fundamental para o efeito, a existência de propostas de doutoramento que vão de encontro às necessidades das empresas e da sociedade, potenciando assim o conhecimento como apoio fundamental ao desenvolvimento do empreendedorismo, melhoria das qualificações e valorização das nossas regiões e, consequentemente, do país.



GOVERNO AÇORIANO TEM COMO “PRIORIDADE MÁXIMA” REFORÇAR MEIOS DAS IPSS



O presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, assegurou, dia 3, que o executivo tem como “prioridade máxima” o reforço dos meios das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), através de contratos “transparentes” e “criteriosos”.

“A parceria entre o Governo [Regional] e IPSS, incluindo as casas do povo, tem de ser de cooperação solidária, para que todos, com menos meios, mas solidários e complementares, possamos fazer mais, apesar da escassez dos recursos”, vincou.

O líder do executivo regional (PSD/CDS-PP/PPM) falava na sessão solene comemorativa do 45.º aniversário da Casa do Povo do Pico da Pedra, na Ribeira Grande.

O social-democrata prometeu “trabalhar em progresso” para reforçar os meios e a “capacidade instalada”

das IPSS, através de uma “parceria leal e equitativa”.

“A minha governação, o XIII Governo dos Açores, tem como prioridade máxima este exercício de parceria, com contratos-programa transparentes, criteriosos e de reforços dos meios [para as IPSS]”, destacou.

José Manuel Bolieiro enalteceu a importância das instituições sociais, insistindo que a “função social e fraterna do Estado não se faz apenas pela administração mais central”.

A cerimónia homenageou o primeiro presidente do Governo da Região



Autónoma dos Açores, Mota Amaral (de 1976 a 1995), que foi também presidente da Assembleia da República.

Para Bolieiro, Mota Amaral é uma “inspiração” e uma “referência” que deve servir de exemplo.

“Porque não nos motivarmos com a inspiração e a referência daqueles que ainda hoje convivem connosco e que foram os verdadeiros obreiros da democracia portuguesa e da autonomia política, essencial para o nosso desenvolvimento?”, interrogou.

O líder do Governo dos Açores elogiou ainda o “espírito de missão” de Mota Amaral durante a sua vida política.

“Ter o poder não para se servir, mas para estar ao serviço. Esta é a referência que muitas vezes parece estar esquecida. Alguns abusam do poder porque dele se servem”, criticou.

José Manuel Bolieiro enalteceu ainda a importância da autonomia dos Açores, que serviu para libertar a região da “solidão provocada pelo isolamento”.

“A autonomia política e administrativa dos Açores, no quadro democrático de Portugal, é a grande força de levantar do abandono, do isolamento, da pobreza, cada uma das nossas ilhas e os Açores inteiros”, concluiu.

ORÇAMENTO DE 2023 BASEIA-SE NA “RESPONSABILIDADE SOCIAL”

A Comissão Política Regional do PSD/Açores considerou, dia 4, que o orçamento do governo regional para 2023 constitui um documento baseado na “responsabilidade social”, em que as medidas para atenuar os efeitos da inflação são “prioritárias”.

“O Orçamento dos Açores para 2023, aprovado por uma ampla maioria no parlamento, constitui um documento baseado na responsabilidade social, em que as medidas para atenuar os efeitos da inflação são prioritárias. Com este Orçamento, o Governo Regional aumenta o apoio às famílias, reforça a proteção dos idosos e fortalece o tecido empresarial dos Açores”, considera o PSD/Açores, que lidera o executivo regional.

De acordo com o PSD/Açores, as famílias e as empresas açorianas “continuarão a pagar os mais baixos impostos de sempre”, sendo que “se dependesse da vontade daqueles que votaram contra o Orçamento, os açorianos estariam menos protegidos”.

O PSD/Açores refere, por outro lado, que “com responsabilidade, articulou com o PSD nacional a inclusão de matérias relacionadas com a autonomia no projeto de revisão constitucional apresentado na Assembleia da República”.

O partido salvaguarda que, “ao contrário de outros partidos que escolheram a omissão política e ignoraram as justas reivindicações autonómicas, o PSD/Açores quer que esta revisão constitucional reforce as autonomias”.

“Os açorianos saberão julgar o comportamento dos partidos que escolheram perder esta oportunidade. A proposta do PSD consagra o voto dos emigrantes para as eleições regionais, a clarificação da gestão partilhada do mar pelas regiões Autónomas, a extinção constitucional da figura do Representante da República, o aprofundamento da participação dos Açores e da Madeira no processo de construção europeia e a construção do valor reforçado dos Estatutos Político-Administrativos, entre outros”, especificam os social-democratas.

Para o PSD/Açores, a par de um projeto de revisão constitucional que “valorize e aprofunde a autonomia política dos Açores”, é “muito relevante um regime de finanças públicas que assegure a previsibilidade, estabilidade e suficiência de meios financeiros”.

O PSD/Açores congratula o Governo Regional pela contratação do jurista Eduardo Paz Ferreira para o estudo de uma nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas que “garanta a solidariedade nacional e o compromisso do Estado no processo de desenvolvimento dos Açores e da Madeira”.

A Comissão Política Regional do PSD/Açores elogiou também a iniciativa do Governo Regional de promover a realização de um estudo que avalie os custos adicionais da prestação dos cuidados de saúde aos açorianos, “consciente da dispersão geográfica das suas ilhas e da onerosidade inerente às características dessa resposta, garantindo equidade no acesso aos cuidados de saúde por todos os açorianos”.



GOVERNO E AUTARQUIA DA GRACIOSA INVESTEM NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Governo dos Açores e a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa vão celebrar um contrato que visa ultrapassar os problemas no abastecimento de água à população e à lavoura, anunciou o Presidente do executivo regional.

José Manuel Bolieiro, líder do governo regional, que efetuou uma visita oficial à ilha Graciosa, considerou que “não há falta de água na Graciosa, mas um desafio na sua gestão, tendo anunciado que o Governo dos Açores “vai fazer um investimento para abastecimento de água à lavoura, o que cria menos pressão, para depois ajustar a água relativa ao consumo humano”.

O governo açoriano esteve reunido com o executivo da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, liderada por António Reis, tendo Bolieiro avançado que vai ser desenvolvido, com o município, um projeto de monitorização da qualidade da água.

José Manuel Bolieiro salvaguardou que a sua qualidade “é excelente na Graciosa, mas existem problemas de salubridade quando existe o recurso à mesma”.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz especificou, por seu turno, que o projeto de requalificação da rede “está aprovado, beneficiando de fundos comunitários,

aguardando o último parecer do Tribunal de Contas.

O projeto está orçado em 1,4 milhões de euros, sendo o prazo de execução de 14 meses.

O autarca quer promover a “substituição da rede antiga para que se possa combater as perdas de água e melhor a sua qualidade”, sendo que a obra vai ser realizada na freguesia de Guadalupe.

A atual rede de abastecimento de água da ilha Graciosa possui cerca de 50 anos, estando os seus materiais deteriorados.

Ainda no âmbito das suas declarações à saída do encontro com o executivo camarário, José Manuel Bolieiro considerou que o termalismo na ilha Graciosa “é fundamental para ser um impulso distintivo e diferenciador da ilha enquanto destino turístico”.

O chefe do executivo disse ver com “bons olhos o interesse privado” para explorar as Termas do Carapacho, num projeto que englobe o “tríplice termalismo, turismo e saúde”.

Bolieiro referiu que se está a “trabalhar nos investimentos necessários que assegurem” a qualidade da água nas termas.

De acordo com o governante, “o que é problemático na Graciosa e em várias ilhas mais pequenas é o transporte marítimo, o que merece crítica relativa à necessidade de um estudo que possa aperfeiçoar estas condições”.

Segundo o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, o Governo Regional tem de visitar cada uma das ilhas sem departamentos governamentais (seis) do arquipélago pelo menos uma vez por ano.

A ilha Graciosa, com cerca de 4.300 habitantes, é classificada pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera, sendo conhecida como a ‘ilha branca’, designação inspirada nas características geomorfológicas e nos elementos toponímicos. A ilha tem um único concelho, Santa Cruz da Graciosa, constituído por quatro freguesias: Vila de Santa Cruz, Vila da Praia, Guadalupe e Luz.



COLIGAÇÃO APOSTA NA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS AÇORIANOS

Guilhermina Silva, deputada do PSD/Açores, destaca a aposta reforçada e inovadora que o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) está a fazer na formação e na qualificação profissional, “numa estratégia delineada para valorizar quem já trabalha e quem vai chegar ao mercado de trabalho”.

A social-democrata deu como exemplo mais recente, “a criação do QUALIFICA.IN-Azores Digital, uma medida de apoio exclusivamente destinada à formação na área digital, e que atende à emergência vivida ao nível dos recursos tecnológicos e digitais, que assinalam falta de recursos humanos no mercado laboral regional”.

“Trata-se de um projeto a um ano, uma vez que só se prevê o reembolso dos fundos comunitários para o final de 2023, mas de forma a também reforçar a capacidade financeira das Escolas Profissionais, e integrando dois programas a que se podem candidatar: o FORM.AÇORES e o QUALIFICA.IN”, exemplifica Guilhermina Silva.

“A novidade é agora o QUALIFICA.IN-Azores Digital, que prevê garantir à população ativa dos Açores o acesso a percursos formativos na área digital, capazes de proporcionar a aquisição de competências específicas”, adianta a deputada.

Guilhermina Silva reforça que “é uma opção pela formação de excelência, na área tecnológica e dos recursos digitais, não só aos profissionais em situação de subaproveitamento, mas também para quem vive situações de desemprego”.

A deputada do PSD/Açores lembra que têm vindo a ser implementadas políticas públicas “que visam a formação e a qualificação de jovens e adultos, objetivamente direcionadas ao mercado de trabalho, e que abrem igualmente novas oportu-

nidades para as Escolas Profissionais da Região”, disse a social-democrata.

Guilhermina Silva lembra que, “nestes dois anos, as Escolas Profissionais somam mais cursos e mais formandos. São mais 71 do que o ano passado em 38 cursos, que também totalizam mais 2 do que o ano passado”.

“Estes números mostram uma viragem em termos de formação profissional nos Açores, e este Governo está a repor nas escolas os cursos de nível IV que foram “cortados” pelo PS. Naturalmente que ambicionamos mais, o que será conseguido assim que esteja concluída a transição para o novo quadro comunitário”, prossegue a deputada.

“Na recente discussão do Plano e Orçamento para 2023, foi inegável reconhecer o trabalho do atual Governo Regional na afirmação da importância estratégica do Ensino Profissional”, adianta, frisando também que “não houve qualquer corte no Orçamento da Região para 2023, no que toca à Qualificação Profissional, ao contrário do que disse o PS, durante a discussão dos documentos e com argumentos que visaram apenas criar confusão às pessoas”, critica.

A parlamentar do PSD/Açores sublinha ainda que as atuais opções do Governo Regional “visam promover uma maior articulação entre as escolas profissionais e as empresas, fortalecendo a formação de adultos”.

ORÇAMENTO DA MADEIRA VALORIZA O PAPEL DA JUVENTUDE

O Grupo Parlamentar do PSD Madeira enaltece o forte investimento previsto para a juventude no Orçamento da Região para 2023.

Bruno Melim referiu que “à semelhança dos anos anteriores, o Governo Regional valoriza o papel da juventude na sociedade madeirense procurando, através de ações concretas, resolver os problemas do quotidiano dos mais jovens”, tendo dado exemplos de medidas setoriais que demonstram essa preocupação.

“Em matéria de políticas de juventude é significativo o investimento feito, uma vez que o orçamento regional prevê uma verba superior a 2 milhões de euros, alocados a projetos como “Estágios de Verão”, “Jovens em Formação” ou “Programa Ingress@”.

O deputado acrescentou, ainda, que há matérias como o ensino superior que continuam a merecer uma atenção redobrada da tutela regional, mesmo em áreas que não eram da sua responsabilidade.

“Para os nossos estudantes no Ensino Superior, o Governo Regional prevê um reforço de verbas nas bolsas de estudo no montante a rondar os 500 mil euros, num investimento global que alcança os 4 milhões de euros, assumindo, ainda, os custos do passe sub-23 para os estudantes da Universidade da Madeira, que a República continua a não assumir, num investimento na casa dos 300 mil euros” afirmou.

A operação do programa “Estudante InsuLar2 em que o Executivo possibilita às famílias madeirenses que paguem apenas 65 euros por viagem aérea, tem prevista uma verba de 5 milhões de euros, que perfaz um total superior a 20 milhões de euros investidos nos últimos quatro anos, foi outro dos temas abordados pelo jovem deputado.

A gratuidade dos passes escolares a todas as crianças sub-12, medida que se mantém apesar de toda a instabilidade no setor energético, junta-se a esta aposta na área do transporte para os jovens da Região.

Bruno Melim destacou, também, a existência de outras medidas nas diferentes áreas de governação que têm em consideração os mais jovens e que devem, igualmente, ser valorizadas.

“Olhando para o orçamento setorialmente, é possível afirmarmos que existe uma preocupação com a Juventude quando se mantém e reforçam iniciativas como o projeto + Visão jovem, quando existem majorações específicas para os mais jovens em matéria de habitação,

bem como, em sede fiscal que, nesta área em particular, fará com que os jovens madeirenses paguem, em IRS, menos um milhão de euros do que no continente”, reiterou.

Para o social-democrata, “são medidas como estas que nos permitem afirmar que este orçamento responde aos anseios da Juventude”, não se devendo, contudo, deixar de salientar que, “em virtude daquilo que se prevê para 2023, o PSD estará atento a todas as questões que se podem agravar na vida dos jovens, garantindo dedicação e empenho na resolução de novos problemas, sempre que estes se afigurem no horizonte da juventude madeirense”.



EDIÇÃO
ESPECIALDirectora: HELENA ROSETA
Subdirector: M. ADELAIDE PAIVA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 334 • 5 de Dezembro de 1980 • Preço 10500

Povo Livre

PERDEMOS UM GRANDE AMIGO CONTINUEMOS A SUA OBRA



Última fotografia de Sá Carneiro, acompanhado de sua mulher Snu Abecassis e de António Patrício Gouveia, antes de entrarem para a avioneta onde encontrariam a morte. No canto superior direito, o seu filho Francisco que o acompanhava sempre com entusiasmo.

HOMENAGEM DOS PORTUGUESES



de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa estão nos Jerónimos câmara ardente, desde às 11.00 horas de hoje onde milhares de portugueses prestam continuamente a derradeira homenagem. As exéquias terão lugar amanhã, sábado, às 12.00 h.

A ÚLTIMA MENSAGEM DE SÁ CARNEIRO AOS PORTUGUESES

Hoje, sexta-feira, Sá Carneiro deveria falar aos portugueses pela televisão. A morte privou-nos de ouvir a palavra que nos queria enviar, neste fim de campanha eleitoral. "Povo Livre" não quis deixar de revelar a última mensagem de Sá Carneiro. Meditem nela todos quantos, nesta hora, choramos a sua morte irreparável.

Aquilo que muitos julgavam impossível, aconteceu. O Partido Comunista apoia oficialmente o general Ramalho Eanes. O Partido Comunista apela ao voto no general Ramalho Eanes e o general Eanes não nega o apoio do Partido Comunista, não rejeita os seus votos.

Hoje é claro que Alvaro Cunhal está com Eanes, que o general Eanes está contra Freitas do Amaral, contra mim, contra a Aliança Democrática e também contra o Dr. Mário Soares.

Isso vem dar um novo valor à próxima eleição para o Presidente da República, uma responsabilidade para todos, valor e responsabilidade muito grandes. Trata-se, mais do que da escolha de pessoas, da escolha de caminhos para o futuro que a todos nos dizem respeito, a nós homens e mulheres desta geração, a vós jovens que esperais o futuro, a vós mais velhos que esperais a justiça que vos fizemos durante este dez meses de governação, que vos faremos se continuarmos a governar.

Mas será possível continuar a governar?

Será possível servir o País, actuando na política, se os votos do eleitorado da Aliança Democrática e doutros democratas se misturarem com os votos do Partido Comunista? Não é possível e por isso vos faço um apelo — o apelo a que não mistureis os vossos votos, vós, eleitorado da Aliança Democrática, vós, eleitores independentes, socialistas, outros democratas: não mistureis os vossos votos com os votos do Partido Comunista, levando a Belém o candidato apoiado pelo Partido Comunista.

Seria precipitar o país na crise, na instabilidade, na insegurança, na anarquia, nas dificuldades económicas crescentes, seria regressar agora, que estamos em 1980, com o futuro à nossa frente, seria regressar a 1975. Não podemos consenti-lo todos nós.

Vós, donas de casa, que prezais a segurança do vosso lar, o futuro dos vossos filhos; vós, jovens, repito; todos nós, estamos perante uma enorme responsabilidade: a nossa é directa, é tornar claro perante vós aquilo que se joga nestas eleições. A vossa é de corresponder a essa responsabilidade, a essa consciência, a esse risco, elegendo não apenas o mais competente, o melhor candidato, o melhor Presidente, mas aquele que com a Aliança Democrática garantirá a segurança, a estabilidade, a liberdade para o Povo Português.

EDIÇÃO N.º 334 do "Povo Livre" | de 5 de dezembro de 1980

"Perdemos um grande amigo, continuemos a sua obra".

Um dia após o falecimento de Sá Carneiro, o "Povo Livre" revela, numa edição especial, as primeiras reações e testemunhos sobre a tragédia. Um acontecimento trágico que haveria de marcar para sempre o PSD.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

CASTELO BRANCO

Ao abrigo do artº dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital, para uma reunião a realizar **dia 12 Dezembro (segunda) de 2022, pelas 21H30** no Auditório da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, sita no Campo dos Mártires da Pátria, em Castelo Branco com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

SECÇÕES

ALANDROAL

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alandroal, para reunir no próximo **dia 13 de Janeiro (sexta-feira) de 2023, pelas 17H00**, no Salão dos Bombeiros Voluntários do Alandroal sita na Rua Dr. Manuel Viana Xavier Rodrigues 7, Alandroal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
 2. Eleição da Mesa da assembleia de Secção.
- Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Évora, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis nº 48, em Évora.
- A votação decorrerá entre as 17H00 e as 20H00.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Cantanhede do PSD, para reunir em sessão ordinária, no próximo **dia 19 de Dezembro (segunda-feira) de 2022, com início pelas 20H30**, na Sede Concelhia do PSD Cantanhede, sita Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio, nº 10, 2º andar, sala 11, em Cantanhede, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Apresentação e votação do Plano de Atividades e Orçamento da Secção para o ano 2023;
3. Atividade Autárquica - Orçamento Municipal 2023;
4. Processos de Desagregação de União de Freguesia;
5. Descentralização de competências para as autarquias locais;
6. Análise da situação política local, distrital e nacional;
7. Outros assuntos.

Notas: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 21H00, com qualquer número de presentes.

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São Pedro do Sul, para reunir no próximo **dia 7 de Janeiro (sábado) de 2023, entre as 15H00 e as 18H00** na Rua Camões nº 90 1º, em São Pedro do Sul, com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção de São Pedro do Sul;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Rua do Sardão, nº 3, Oliveira.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD convoca-se para reunir no próximo **dia 16 de Dezembro (sexta-feira) de 2022, pelas 20H30**, na Sede do PSD de Torres Novas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura e votação da ata da reunião anterior;
2. Informações genéricas CPS;
3. Análise da situação política local;
4. Outros assuntos de interesse geral.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

CONSELHO DISTRITAL DA JSD ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, o Conselho Distrital Ordinário da JSD Algarve, para reunir no próximo **dia 7 de janeiro de 2023 (sábado), pelas 10:30**, no Hotel Paraíso que sita na Rua do Município, Albufeira com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Aprovação do Regulamento do VI Congresso Distrital da JSD Algarve e demais anexos;
- 4 – Outros assuntos.

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Lisboa para reunir, no próximo **dia 21 dezembro de 2022, com início pelas 20h**, na sede do PSD Lisboa, sita na Rua Luciano Cordeiro n.º 116, 2º Esq., 1050-087 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação da Sebenta Jovem Autarca;
- 3 – Apresentação do Guia do Associativismo para o ensino secundário;
- 4 – Análise da situação política local e nacional;
- 5 – Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS TSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: tsdnacional@gmail.com

LEIRIA

Nos termos dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Leiria para o próximo **dia 13 de janeiro de 2023, pelas 18h00**, na Sede Distrital, na Av.ª José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição dos Delegados ao XV Congresso dos Trabalhadores Social Democratas

Nota: A eleição decorrerá entre as 18h00 e as 20h00, com uma urna aberta na sede distrital na Av.ª José Jardim, n.º 32 em Leiria.

AM LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa, de acordo com o Regulamento Eleitoral e artigos 42º, 44º e 47º dos Estatutos, a eleger 85 delegados ao XV Congresso dos TSD.

A eleição terá lugar no **dia 13 de janeiro, entre as 17h00 e as 19h00**, na Sede Distrital, sita no Largo D. João Bosco, n.º 3, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao XV Congresso

ASSEMBLEIA DISTRITAL SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos, convoco a reunião da Assembleia Distrital para o próximo **dia 12 de janeiro de 2023, quinta-feira, das 18h00 às 20h00**, na sede do PSD, Rua do Colégio Militar, 26 - 2000-230 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Delegados dos TSD ao XV Congresso

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras